

“Vê se não esquece os irmãos, viu?”**Um estudo etnográfico sobre o parentesco afetivo entre homens e mulheres em situação de rua¹**Tiago Lemões da Silva²

Resumo: Atentando para a noção de parentesco calcada no vínculo difuso e duradouro firmado por intermédio da afinidade, da afetividade e da reciprocidade, este texto apresenta interpretações etnográficas sobre a construção de relações de “parentesco afetivo” entre homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas – RS. A partir do método etnográfico, a pesquisa analisa os códigos de sociabilidade que estruturam a formação de grupos em situação de rua e preparam o terreno para a constituição de vínculos cujos participantes adquirem nomeações como irmãos, pais, tios e padrinhos de rua. Este arranjo de nomeações expressa uma classificação de pessoas em atenção às comprovações de lealdade, cumplicidade e compartilhamento de trajetórias entre os pares em situação de rua.

Palavras chave: População em situação de rua. Vínculos sociais. Parentesco afetivo.

Abstract: Starting by the notion of kinship affective, this paper presents ethnographic interpretations about building "affective relationships" between homeless in downtown Pelotas - RS. From the ethnographic method, the research analyzes the codes of sociability that shape the formation of groups in the streets and the establishment of relationships who's involved get appointments as brothers, fathers, uncles and godparents street. This arrangement of appointments of people is evidences of loyalty, complicity and sharing of social trajectory between pairs on the streets.

Keywords: Homeless population. Social ties. Affective kinship.

1. Introdução

Proponho, neste artigo, uma análise antropológica das relações afetivas entre homens e mulheres em situação de rua³ no centro de Pelotas, RS. Por um ano, acompanhei o deslocamento destes sujeitos pela região central da cidade, atentando para os seus

¹ Este artigo é uma adaptação do quarto capítulo de minha dissertação de mestrado, defendida em junho de 2012.

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail tiagoufpel@yahoo.com.br

³ Utilizo-me, ao longo do artigo, da categoria “situação de rua”, por ser a denominação crítica mais recente em relação a conceitos anteriores, tais como “mendigos”, “menor abandonado” e “morador de rua”. Historicamente, estes termos suscitaram uma associação entre a vida na rua e a criminalidade. Da mesma forma, o termo “rua” carregou uma imprecisão que confundiu um processo dinâmico com uma essência social. Tais representações estigmatizantes foram sendo substituídas ao longo das últimas três décadas em função de sua influência nos modelos de intervenção junto a esta população (LEAL, 2008). Assim, o termo “situação de rua”, ao contrário da categoria “moradores de rua”, de acordo com Patrice Schuch, atenta para a situacionalidade da experiência nas ruas, combatendo, ao mesmo tempo, processos de estigmatização direcionados a esta população, trazendo à tona a concepção do *habitar a rua* como uma forma de vida possível, distanciando-se, assim, de uma visão negativa calcada na falta ou carência de moradia fixa (Schuch, 2007; *apud* Schuch *et al.*, 2008). Contudo, vale mencionar que embora a “situação de rua” busque minimizar certas essencializações, sua utilização não deixa de categorizar e circunscrever uma diversidade de comportamentos e uma multiplicidade de situações heterogêneas (NEVES, *apud* ROSA, 2005, p.65.)

Artigo recebido em agosto/2012

Aprovado em setembro/2012

deslocamentos, seus espaços de fixação e, principalmente, para as relações que estabeleciam entre si e também com alguns personagens com os quais interagiam no espaço público.

A experiência etnográfica junto a estes sujeitos⁴, calcada em observação participante e registros em diário de campo, permitiu identificar que a afinidade e o compartilhamento de trajetórias entre os pares de rua são componentes fundamentais para a construção de relações que, exibidas em seus extremos, alcançam o patamar de vínculos afetivos com nomeações de parentesco como “irmãos”, “tios”, “pais” e “padrinhos” de rua.

A compreensão destas relações cujos partícipes adquirem nomeações familiares reporta-nos para a especificidade dos vínculos de parentesco no universo das ruas, em atenção aos atributos de proximidade, afinidade e compartilhamento de bens e experiências. Se, de fato, nomeações de parentesco são utilizadas para designar o grau de relações de intimidade e afeto entre os pares, elas refletem o valor “família” operando pela lógica da afetividade e não da consanguinidade. Nestes termos, a constituição de laços de parentesco afetivo, conforme Fonseca (2002) *apud* Dantas (2010) introduz a possibilidade de estudar formas familiares lançando mão de conceitos melhores que o de “família”, em função das múltiplas dinâmicas que alteram concepções tradicionais e evidenciam o afeto como base constitutiva destas relações.

Com tal perspectiva, o conceito de *relatedness* (conectividade), cunhado por Janet Carsten (2000), remete às relações conectivas que independem do laço consanguíneo, em atenção à afetividade, afinidade e “partilha de substâncias” (comida, trabalho, ações cotidianas). Com efeito, os laços de proximidade são criados pela procriação, mas também pelos atos de cuidar, partilhar, viver junto. Na perspectiva de Carsten (2000) e outros autores, o laço de sangue por si só não constitui parentesco, pois há um espaço que precisa ser preenchido por signos de proximidade e afetividade⁵.

É por este viés que busco compreender a manifestação destas nomeações familiares que, de fato, classificam as pessoas em acordo com a intensidade de suas proximidades e

⁴ Na ocasião desta pesquisa, os contatos realizados de forma mais regular delimitaram-se em um número de 17 interlocutores, assim classificados conforme gênero e faixa etária: **Homens:** 11 com idades entre 20 e 30 anos; dois com idade entre 45 e 50 anos. **Mulheres:** três com idades entre 25 e 30 anos e uma com 50 anos.

⁵ Conforme Andréa Lobo (2006), a perspectiva antropológica que abandona o determinismo da vinculação genealógica nos estudos do parentesco tem David Schneider como um dos seus maiores expoentes: o autor alertou para os equívocos etnocêntricos de antropólogos que aplicaram valores e noções ocidentais para estudar o parentesco em outras sociedades. Janet Carsten (2000), dialogando com a crítica de Schneider, elaborou o conceito de *relatedness* para indicar as formas nativas de agir e conceituar as relações entre as pessoas, adotando, assim, uma perspectiva processual que atenta para as formas como as pessoas constroem suas conexões e para os valores e significados que atribuem.

trocas de afeto. Tais trocas, expressas no “compartilhamento de substâncias” como a comida, o calor dos corpos, a lealdade, as preocupações e os cuidados mútuos, sublinham a constituição de parentesco afetivo entre os pares, a partir de relações de caráter difuso e duradouro, partilhadas no seio de uma trajetória comum.

2. A constituição de “família” nas ruas: diálogos etnográficos

O diálogo com outras etnografias, elaboradas por autores que se dedicaram a refletir sobre estas questões relacionais em alguns contextos metropolitanos da sociedade brasileira, permite refinar a análise e estabelecer interfaces comparativas com o campo a que me propus pesquisar.

Na rua, assim como não se abandona em definitivo as vinculações familiares, também não se deixa de constituir novos vínculos que remetem aos de origem familiar, seja em sua organização interna, na definição de papéis ou na proximidade afetiva pela qual os partícipes adquirem nomeações familiares. Estes novos vínculos – proporcionados pela acolhida que a vida nas ruas oferece – estruturam uma relação familiar cunhada a partir de experiências compartilhadas ou situações críticas que comprovam lealdade entre os envolvidos, como demonstrações de defesa e proteção em casos de discussões, brigas ou companheirismo em situações de risco.

Ainda que sob o jugo da circulação e fluidez, as relações cujos envolvidos adquirem nomeações de parentesco são entendidas por Frangella (1996) como resultado do aprofundamento do laço a partir de demonstrações de carinho, proteção e amizade, cultivados na convivência e proximidade diária a partir do compartilhamento de experiências.

A proximidade e a partilha contínua de experiências, esse “ser junto”, gera tamanha afetividade que ela chega a ser passível de produzir relações com nomeações próprias do sistema familiar, como irmãos. Frangella acredita que este fenômeno é “expressão da casa na rua”, no qual às lembranças familiares somam-se pessoas e vivências de outras partes do circuito, tais como conhecidos de rua, amigos de instituições pelas quais passaram, ou mesmo sujeitos com os quais convivem diariamente no espaço público. Estes atores acabam por se incorporar dentro de um panorama de referências familiares. Na concepção da autora, “o que reforçam na adoção de termos familiares, ou nas relações de proteção, é uma tentativa de classificação de pessoas que lhes são próximas” (FRANGELLA, 1996, p.191).

Nesta classificação, “mães” e “irmãos” são os mais próximos, aqueles com os quais se convive a maior parte do tempo e com os quais se compartilham bens e afetos. Já os termos “tio” e “tia” expressam a tentativa de um primeiro contato ou de uma “aproximação forçada” com algum desconhecido, porque apelam à personalidade num contexto de interação impessoal. Qualquer potencial doador é nomeado como “tio” ou “tia”, circunscrevendo um “apadrinhamento impessoal”, nos termos de Frangella (1996).

Em tal rol de relações e nomeações, Silva e Milito (1995) chamam a atenção para o entendimento dos significados do parentesco a partir do questionamento dos laços de família. Consideram, na análise, o drama nuclear contido no esfacelamento da unidade familiar; a naturalização do corte relacional com a família e principalmente os dramas irradiados pelas praças e ruas nos contatos múltiplos com a população em geral. A partir disso, verificam “implosões familiares em cadeia” capazes de criarem laços difusos que brotam nos mais imprevisíveis lugares. Apesar de uma “família estilhaçada”, ou “desestruturada”, segundo os padrões de classe média, há na rua uma “recomposição da família” mediante a “articulação de estilhaços” inscrita num processo de *bricolage* – com inversões nas quais parceiros da mesma idade tornam-se “mães” e “filhos” (SILVA e MILITO, 1995).

O agrupamento de rua, assim, evidencia suas potencialidades na medida em que sua existência é fundamental tanto para a inserção num universo marcado por mapas relacionais na cidade, quanto do ponto de vista afetivo. A apropriação deste mapa se faz a partir dos direcionamentos dados pelo grupo, cuja permanência e existência dependem de determinadas regras mínimas de proteção interna e distribuição de bens. Por mais efêmero ou passageiro, o aprofundamento destas relações atinge seu limite de personalidade na expressão das nomeações familiares, na figura de “mães”, “irmãos”, “tios” e “padrinhos” de rua, termos que classificam pessoas de acordo com a intensidade e proximidade dos vínculos firmados.

Nestes termos, a compreensão do fenômeno da população em situação de rua passa pelo entendimento dos valores atrelados à família. São valores que acabam por se afirmar no contexto das ruas, muitas vezes sem a substituição sumária com os consangüíneos, numa expansão de laços familiares para além do sangue, mas sem o excluir.

3. Nomeações familiares e a classificação afetiva das pessoas

No universo dos sujeitos envolvidos na presente pesquisa, as conexões estabelecidas entre os pares – e outros segmentos sociais com os quais interagem – assumem nomeações do sistema familiar, como “pais” “tios”, “irmãos” e “padrinhos”, conforme já explicitado. Estas

apresentam discrepâncias que reportam aos distintos significados das relações instauradas, operando numa lógica classificatória da proximidade entre os envolvidos, considerando a convivência e o afeto tecidos nestes vínculos.

3.1. “Irmãos” de Rua

Do outro lado da rua, vejo Rico. Ele está dando de comer a uma criança. Uma menina, em tom jocoso, pergunta se ele é o pai. Rindo e brincando, Rico responde que adotou. Em seguida, outro garoto (Wagner, 19 anos) aproxima-se de nós, e Rico, feliz em revê-lo, apresenta-o para mim como “irmão de criação”. Após atender a solicitação de Rico em fotografá-los num íntimo abraço, pergunto, então, se foram criados pela mesma mãe, ao que Rico responde: “Não! Somos irmãos de criação da rua” (20/12/2010).

A partir da experiência etnográfica expressa no excerto de diário de campo supracitado, instaurou-se um estranhamento importante quanto às relações de proximidade entre os pares: irmão de criação, em minha concepção, pressupunha a presença de um adulto que cria, zela e protege e não de uma experiência compartilhada que constitui “irmãos de criação de rua”. Tal estranhamento conduziu minha atenção para a construção de laços afetivos que referenciavam relações “familiares” entre homens e mulheres em situação de rua. Rico passou a relatar episódios que marcaram uma trajetória ao lado de seus companheiros: fuga de hospitais, brigas, aventuras em festas e boates, conflitos de gangues, roubos e assaltos. Enfim, uma série de experiências compartilhadas que parecem constituir uma memória narrada sempre no sentido de comprovar o vínculo que se tem com o “irmão de rua”.

Verificou-se, então, que a aquisição de um “irmão de rua” se faz à medida que se estabelecem relações que comprovam lealdade e cumplicidade no seio de uma trajetória de rua⁶. A experiência de “viver junto”, entrecortada por demonstrações de ajuda, apoio, cuidado mútuo e relações de companheirismo prepara o terreno para a constituição de “irmãos de rua”. Para que a ajuda e o apoio se sustentem, é preciso a instauração de obrigações recíprocas entre os envolvidos.

Will e Davi conheceram-se há cinco anos, quando moraram num albergue por um tempo. Tiveram conflitos com a diretora da casa e acabaram sendo expulsos do local. Davi, então, levou Will e ambos foram “morar na rua”: *“Ele morava comigo, se tapava da mesma coberta que eu me tapava, comia da mesma comida que eu comia”* (Davi).

A ênfase na partilha de comida e cobertores (dormir junto confundindo o calor dos corpos) remete à noção de “substância compartilhada” (CARSTEN, 2000) como fundamental

⁶ A problemática do tempo vivenciado entre os pares de rua traz a questão do “acostumar-se” uns com os outros como importante elemento na constituição de família afetiva (LEINAWEAVER, 2008 *apud* DANTAS, 2011).

à constituição de parentesco afetivo. Noutra ocasião, após ficar detido na prisão de março a julho de 2010, por furto, Davi retorna às ruas e não hesita em recorrer a Will: “*Sai da cadeia e fui lá no Will, meu amigo, e ele falou: ‘vem pra cá, tu sempre me apoiou, agora é minha vez de te apoiar’.*” (Davi).

A relação entre Eliseu e Leandro também nos indica a “partilha de substâncias” como elemento constitutivo das relações de parentesco afetivo. São companheiros de longa data e em suas conversas estão sempre a comentar os relacionamentos conjugais que já tiveram com algumas garotas. Com estes comentários, fica claro que encontros amorosos com meninas de bairros populares também envolvem um cuidado minucioso com a aparência, a limpeza das roupas, a higiene pessoal, indícios que denotam uma camuflagem da imagem de “morador de rua” e que podem trazer empecilhos ao sucesso no relacionamento inicial. Em virtude disso, os “irmãos” Eliseu e Leandro – pois assim denominavam-se – dividiam roupas quando precisavam encontrar-se em boa aparência com alguma mulher. Estas roupas (uma calça e um tênis) só eram usadas por eles nestas ocasiões e ficavam na casa do irmão consanguíneo de Eliseu, onde eram lavadas e guardadas. O compartilhamento destas roupas aproximava estes sujeitos numa vinculação íntima de cumplicidade, ajuda e demonstração de afeto, tudo isso atrelado a uma longa vivência nas ruas, o que lhes permitiu edificar um vínculo nomeado de relação entre “irmãos”.

Quando um outro sujeito, conhecido como Gordo, foi escolhido para ingressar na “casa de restauração” da Igreja Mover de Deus⁷, tornou-se uma ponte entre os companheiros que estavam na rua e os que ainda permaneciam em desintoxicação. Na porta da Igreja, um rapaz recomendava insistentemente a Gordo que não se esquecesse de mandar um forte abraço a um amigo que permanecia enclausurado. Reforçando as relações de afeto e a lacuna que deixara nas ruas ao ausentar-se, minutos antes de embarcar no carro do pastor, Gordo foi advertido por um casal de amigos, Carla e Xandy: “*vê se não esquece os irmãos, viu?*”.

Assim os termos familiares, principalmente os de “irmãos”, “pais” e “mães” de rua, são evocados sempre que se quer qualificar uma relação ou uma proximidade e intimidade afetiva com outrem. Eles não figuram de forma constante no cotidiano da população em situação de rua, mas quando surgem em seus discursos carregam a marca da afetividade

⁷ Esta igreja evangélica, localizada na zona norte da cidade, é um dos pontos importantes de atendimento à população em situação de rua, oferecendo, aos sábados, alimentação e higiene pessoal. Também possibilitam o ingresso em uma “casa de restauração” para dependentes químicos, localizada na zona rural de Pelotas. Neste local, o afastamento das drogas é reforçado pela evangelização, a pregação diária da palavra divina. Os internos também participam do que os pastores denominam de “laboterapia”, processo pelo qual tratam de animais, plantam, colhem, cozinham. A escolha dos internos é realizada mediante observações e escutas atentas às necessidades dos sujeitos em situação de rua.

criada ao longo do compartilhamento de bens, aventuras, experiências e comprovações de lealdades. A ausência de alguns sujeitos é sentida com intensidade, o que faz com que, mesmo longe, estes sujeitos demonstrem preocupação e consideração mútuas. Se parecem deixar lacunas quando ausentes é porque ocupam lugares importantes em suas trajetórias relacionais.

3.2. “Tios” de rua

Se as nomeações de “irmãos” elucidam uma série de vivências perpassadas pelo companheirismo, confiança e afeto temos que as de “tio e tia” nos falam de relações de aconselhamento e principalmente de proteção e ajuda. Quando fazem parte do grupo de pares de rua, os sujeitos assim nomeados são geralmente pessoas mais velhas, zelosas e conselheiras, demonstrando um comportamento mais “sábio”, “prudente” e encorpado pelo peso da experiência. Mary e Paul, ambos na faixa dos 50 anos, são um belo exemplo de “tios” de rua. Eram chamados por todos de “tio Paul” e tia “Mary”. Isso, porque adotavam uma posição de conselheiros que sempre tinham alguma advertência para os mais impulsivos e sempre orientavam os mais novos a comportarem-se nas ruas para não atraírem a agressão de policiais e guardas municipais. Além disso, Mary encorajava constantemente os demais a buscarem seus direitos, a tentar consultas médicas quando precisavam e também os encaminhava aos cuidados de conhecidos seus nas secretarias de saúde e cidadania, quando necessitavam de alguma ajuda institucional.

Paul, por sua vez, compartilhava uma sabedoria moralista, condenando o uso abusivo de *crack*, lembrando aos demais o valor de compartilhar, de ajudar os mais necessitados, de buscar uma mudança constante para uma “vida melhor”. Numa tarde em que fumavam maconha, reunidos no parque, as conversas giraram em torno da atual violência no bairro Dunas – de onde muitos são originários – e também sobre as pessoas que saíram das ruas e pararam de consumir *crack*. No assunto, Paul alerta aos demais que “aquela vida de *crack*” não era boa e que “*é muito melhor fumar só uma maconha e já era*”. Lembra, também, o papel da religião na mudança de vida de muitas pessoas, mencionando o caso de um amigo que saiu das ruas, virou evangélico e hoje “anda de carro” pela cidade.

Embora Índio, sujeito de 45 anos, tivesse quase a mesma idade de Mary e Paul, seu comportamento perante os companheiros não se assemelhava em nada ao de um conselheiro. Não impunha advertências e orientações, passando a agir como os mais novos no uso de drogas e bebida. Assim, era visto mais como um “irmão” companheiro do que como um “tio”

em potencial. A idade, então, fica descartada como motivo para a nomeação “tio”, porque Índio jamais foi tratado assim.

Aqui, “tio e tia” ultrapassam o “apadrinhamento impessoal” constatado por Frangella (1996) como se remetesse apenas a uma aproximação forçada com desconhecidos no objetivo único de ganhar alguma coisa. Tal nomeação ganha outro sentido no seio do grupo estudado, enfatizando uma classificação de pessoas de acordo com seus comportamentos em relação aos demais, considerando as preocupações, os conselhos e as orientações que, atrelados a um fundo moral, constituíam a figura dos “tios” de rua.

3.3 “Pais e mães” de rua

“Pais” e “mães” de rua também são nomeações evocadas estritamente para afirmar a afetividade existente entre duas pessoas. Mas nesse caso, elas surgem direcionadas às relações com pessoas que não são da rua, mas que, com as pessoas que nela vivem, estabelecem uma intensa relação de proximidade e ajuda. São sujeitos que, vez ou outra, convivem com eles no universo das ruas e movimentam-se sempre no sentido de ajudá-los. Mas não se trata de ajuda material imediata, como roupas, calçados, comida, cobertores e sim de encaminhamentos a determinados serviços institucionais como saúde e cidadania. Nesse aspecto, entram em cena dois agentes Redutores de Danos⁸: Elizandra e Tuca. Dois jovens empenhados no trabalho com pessoas em situação de rua, com as quais estabeleceram vínculos que iam além do trabalho restrito, tornando-se referência afetiva, de ajuda e mediação com outros serviços na cidade. Estavam presentes no cotidiano destes sujeitos, acompanhando os conflitos, os preconceitos, partilhando algumas angústias, ouvindo, aconselhando e ajudando no que podiam. Percorriam os pontos de doação, buscando estabelecer contatos também com os grupos de doadores, estratégia importante que facilitava às vezes em que precisavam atuar

⁸ O Programa Redução de Danos – gerido, em Pelotas, pela Secretaria Municipal de Saúde – é uma forma predominante de implantação de estratégias, em nível nacional, para reduzir os danos causados pelas drogas. Abarca uma variedade de ações desenvolvidas, tanto em comunidades terapêuticas, quanto no contato direto com usuários em situação de rua. Estas ações incluem “a troca e distribuição de seringas (para usuários de drogas injetáveis – UDI), preservativos, cachimbos (para o uso de crack), atividades de informação, educação e comunicação, aconselhamento, encaminhamento, reuniões comunitárias, dentre outros” (FRANÇA, *et al.*, 2011, p.2). Principalmente no universo das ruas, o sucesso das ações dos agentes redutores de danos depende totalmente do vínculo firmado com os usuários. A partir do vínculo, atualizado no contato quase diário, os redutores realizam um movimento que se inicia pelo retorno imediato do que é fornecido aos usuários, informando, articulando e conectando estes sujeitos a diferentes serviços na cidade, o que faz com que esses agentes se tornem uma espécie de tutores que mediam as relações entre o acessado e outros segmentos e serviços, como saúde e documentação. Interessante notar que, tal como o redutor de danos precisa firmar vínculos para exercer seu trabalho, os homens e mulheres em situação de rua precisam destes vínculos para acessar outros serviços que, sem esta mediação, seriam por demais conflituosos.

como mediadores, tanto na resolução de conflitos entre doadores e receptores, quanto na solicitação de algum serviço por parte dos primeiros aos segundos.

Além do mais, Elizandra sempre manifestou um sonho, e compartilhava-o com os interlocutores: queria construir uma cooperativa de reciclagem de materiais, na qual as pessoas de rua atuariam como sócios e morariam numa residência gerida por eles. Embora tudo não passasse de um sonho distante, mas que era constantemente comentado entre eles, este projeto era uma prova das boas intenções dos Redutores de Danos para com os sujeitos em situação de rua.

De fato, os Redutores de Danos acabavam por atuar como protetores, amigos, companheiros, conselheiros. Eram uma referência de apoio e interlocução. Por tudo isso, foram inicialmente nomeados de “tios”. Lembro-me de uma manhã de sábado na Igreja Mover de Deus, quando Carla aproximou-se de mim e Elizandra para conversar. Elizandra comentou com Carla o quanto esta era, a princípio, arisca e resistente ao contato, mas que agora já a aceitara. Concordando, Carla afirmou que Elizandra e Tuca, hoje, são seus “tios”, em alusão ao amadurecimento do vínculo que inicialmente era pouco provável ter existido em função das desconfianças de Carla.

Mas com o tempo, Elizandra e Tuca passaram de “tios” para “pais” de Carla e Xandy. Em novembro de 2011 ocorreu em Pelotas o I Encontro de Agentes Redutores de Danos, no objetivo de discutir e construir propostas para a profissionalização desta atividade. Pesquisadores foram chamados para apresentar trabalhos na área, assim como usuários de drogas tiveram espaço para depoimentos sobre a importância da Redução de Danos em suas vidas. Quando Elizandra convidou pessoas em situação de rua para participarem de tal evento, suas palavras trouxeram à tona a reciprocidade instaurada: na mesa de almoço do Mover de Deus, ela reforça o quanto gostaria que todos participassem, colocando a presença destes como um retorno ao que já fez por eles: *“agora é minha vez de pedir a ajuda de vocês”*.

No evento, Carla e Xandy, além de Mary e Paul, deram seu depoimento na manhã do dia 23 de novembro: apresentaram-se como “moradores de rua” e usuários de *crack*. Xandy elogiou com fervor a atuação e o apoio de Elizandra e Tuca nas ruas, suas conversas, conselhos e orientações. Ao final, Carla, que não queria falar, tomou o microfone em mãos e disse que *“o Xandy esqueceu de dizer uma coisa: a Elizandra e o Tuca são nossos pais e sem eles nós não estávamos vivos”* – declaração esta, a qual deixou Elizandra em prantos.

Estamos diante de relações que, a princípio, seriam entre “desiguais”, pois, teoricamente, os Redutores de Danos não vivem nas ruas, são externos a este meio como

modo de vida. Mas a grande questão é que, diante deles, os interlocutores não precisavam construir imagens “positivas” que lhes agradassem ou que atendessem seus preceitos morais. Era, no limite, um jogo aberto. Eram os redutores que precisavam deles e tentavam, a todo custo, igualarem-se a eles no comportamento, nos trejeitos, na fala. Tudo para facilitar a comunicação e a formação do tão aclamado vínculo, necessário para “reduzir os danos”. Assim, estes “desiguais” atenuavam as distâncias sociais neste esforço de aproximação que, de fato, mesclava respeito, observação e afeto.

Uma aproximação deste gênero por sujeitos externos construiu, então, a figura dos “pais”. Distância, aproximação e vinculação abrem espaço para uma relação de tal monta. Discoteca, de 27 anos, também nos fala de um “pai” protetor no universo das ruas. Numa noite fria e chuvosa de agosto, nos encontramos na Avenida Bento Gonçalves, embaixo da marquise do estádio Boca do Lobo. Ele está com as roupas encharcadas e com frio. Mesmo assim, diz estar muito feliz, pois em outubro vai viajar para Santa Catarina para trabalhar como garçom, uma vez que ganhou as passagens do gerente do restaurante Cruz de Malta. Este mesmo homem já o favorecera com pagamentos de pequenos serviços de reforma em sua residência, assim como indicação para trabalhos temporários em outros lugares da cidade. Após relatar toda a ajuda recebida daquele homem, Discoteca senta-se ao meu lado e, num tom de contentamento e surpresa, diz: *“e ele ainda me chama de filho”*.

3.4 “Padrinhos” de rua

Embora a nomeação “padrinho” esteja indicando a relação com um sujeito externo, ou seja, um doador mais ou menos regular em seus gestos caridosos, sua análise é importante para entender a lógica de classificação das pessoas com as quais homens e mulheres em situação de rua interagem. Tal classificação, permeada por nomeações familiares, abarca tanto os sujeitos “iguais” como os “desiguais”, apresentando discrepâncias conforme a proximidade e a “natureza” da relação.

Os “padrinhos” são geralmente pessoas cujas relações no espaço público assumem pessoalidade pela interface diária: clientes da guarda de carros, donos e funcionários de restaurantes, *trailers*, lojas, locais próximos aos seus pontos de guarda de carros ou mesmo pessoas de residências que lhes fornecem comida e, eventualmente, doam algumas roupas e calçados. Na medida em que se estabelece uma regularidade nesta relação de ajuda –

pressupondo, fundamentalmente, a troca de favores – os “padrinhos” aparecem como pessoas às quais se pode recorrer regularmente em busca de apoio.

Mas se para entender a figura do “padrinho” tomássemos como referência apenas a garantia de doação de comida, roupas e calçados, seria possível afirmar que todos os membros doadores do circuito de doação são padrinhos em potencial. Acontece que para ser chamado de “padrinho”, a pessoa deve doar, isolada e individualmente, “mais do que comida” – algo comum e regular no universo dos grupos religiosos –, ou seja, deve diferenciar-se naquilo que oferece ao seu “afilhado” e naquilo que espera em troca do mesmo. Vejamos isso mais de perto, a partir do excerto de diário de campo a seguir:

Era noite de festa de natal organizada na doação da Sete de Setembro. A rua estava fechada para os carros e no meio havia uma grande mesa onde foram servidos saladas, arroz e carne. Em meio à gritaria das crianças recebendo comida, Will, de 22 anos, ganhou de seu “padrinho” – homem na média dos 40 anos, carro do ano, bem vestido e membro do grupo de doadores – um par de tênis “novo da caixa”. Após abraçar o “padrinho”, Will sentou-se ao meio fio da calçada, abriu a caixa, admirou os tênis e os exibiu aos demais. Em seguida ele afirmou que terá de usar o tênis todas as segundas-feiras (dia de doação) para que o “padrinho” reconheça que o presente está sendo bem cuidado. O tênis que ganhou no Natal já estava prometido há meses pelo “padrinho”. Além disso, quando Will fez 21 anos no ano passado, ganhou cinquenta reais e um bolo de aniversário de seu “padrinho”. Mas os presentes não vieram de graça: na verdade, Will costumava guardar carros em frente ao prédio do “padrinho”, próximo à universidade. A filha do doador era universitária e sempre voltava sozinha para casa, devido à proximidade com a sede da instituição. Will, a pedido do “padrinho”, era encarregado de “cuidar” a menina para que nada de ruim acontecesse no caminho de volta ao lar, estabelecendo, assim, a relação de reciprocidade com o “padrinho” (20/12/2010).

Will foi contemplado e exibiu seus presentes aos demais companheiros que nada ganharam naquela noite. A relação pessoalizada e localizada entre “padrinho” e “afilhado” apresentou-se aos olhos do observador. O recebimento destes presentes ratificou o cultivo de uma relação de troca de favores. A retribuição ao “padrinho” pode variar desde uma série de pequenos favores que acabam adquirindo certa rotina, até a conservação de algum “presente” que se ganhou em momentos anteriores, enfatizando seu bom estado de conservação. Na província dos valores sociais e morais, a contraprestação pode também expressar-se novamente por meio do simulacro construído a partir dos valores que embasam a visão de mundo dos doadores, tais como trabalho, família, estudos e moradia fixa. Nesse sentido, o retorno ao padrinho também pode se dar na forma de confirmação destes preceitos, quando o “afilhado” corrobora as expectativas sociais lançadas sobre ele pelos “padrinhos”.

A intensidade da relação de apadrinhamento pode atingir grande amplitude, a ponto do “afilhado” participar e comungar de certos rituais de sociabilidade e celebração

tradicionalmente endógenos ao grupo familiar dos “padrinhos”. É o caso de Tiago, de 29 anos, que na interação com os donos de um dos estabelecimentos comerciais onde guarda carros na Avenida, participava das tarefas diárias no local – e, à noite, assistia à novela na TV do estabelecimento. Neste ínterim, a gramática da relação aprofunda-se porque, para ele, os donos do *trailer* são “*uma família... a família que eu nunca tive*”. É com esta “família” que Tiago tem passado o Natal nos últimos dois anos. Uma semana depois de conversar com ele e obter essas informações, nos encontramos novamente numa festa de Natal organizada por um dos grupos voluntários com os quais interage, onde o vejo juntar, numa “sacolinha”, fatias de bolo que pretendia levar para as “*‘madrinhas’ e os ‘padrinhos’ do trailer*”.

4. Algumas considerações conclusivas

A possibilidade de relação, aberta pelo “padrinho”, também apresenta determinados interesses, como a vigilância do local de trabalho e mesmo ajuda em determinadas tarefas. Para o sujeito em situação de rua, o fato de o doador não estar abertamente vinculado a um grupo religioso, que venha a ligar a doação aos tentáculos do “egoísmo coletivo” (GODBOUT, 2000), demonstra que a relação de reciprocidade está colocada e que a ajuda não visa somente uma satisfação pessoal ou grupal no sentido de fazer o bem unicamente em acordo aos fundamentos cristãos. Há, aqui, uma relação de troca de favores e amabilidades que, ainda sob a marcação das diferenças sociais, instaura o apadrinhamento e afirma o “afilhado” como sujeito na relação.

A questão que se coloca aqui, em relação aos “pais de rua” é que, embora muitos “padrinhos” sejam os que figuram no espaço público como comerciantes, não há um mergulho sistemático no modo de vida dos “afilhados”, tal como ocorre com os “pais de rua”. Devido a este desconhecimento ou esta relativa distância, a manipulação de valores possibilita esconder dos “padrinhos” certas práticas que estes certamente condenariam, como o consumo de *crack* e o roubo. Assim, para adquirir confiança do “padrinho”, é imprescindível dissimular determinados comportamentos que venham a ferir seus preceitos de verdade e valor.

As nomeações familiares, então, expressam a classificação de pessoas no universo das ruas. Tal classificação considera o grau de proximidade, aceitação, afetividade e conduta frente aos demais. Se os “irmãos” nos falam de relações entre companheiros que partilham aventuras e demonstram lealdades a partir de um mesmo estatuto, os “tios” nos reportam ao aconselhamento, às orientações, às advertências moralistas em conjunto com gestos de ajuda e

proteção. Já os “pais” evidenciam a presença de sujeitos externos, mas que buscam, de certa forma, conhecer e interagir com o universo dos que vivem em situação de rua, buscando ouvi-los em seus anseios e disponibilizando ajuda e apoio material e afetivo. Por fim, os padrinhos estabelecem trocas de favores e garantem uma ajuda localizada e individualizada, em que o receptor também tem a possibilidade de retribuir o que ganhou, tanto em termos materiais, quanto afetivos, sem, contudo, apagar as distâncias sociais, uma vez que se deve empenhar na construção de uma “imagem positiva”, agradável aos olhos do padrinho.

Temos em mente, que aquelas relações cujos envolvidos recebem nomeações de “irmãos” e de “tios” constituem-se pelo constante e gradual “compartilhamento de substâncias” (CARSTEN, 2000), na medida em que comem, dormem, movimentam-se juntos pela cidade. Compartilham afetividades no “viver junto”, na troca de palavras, de confianças, de proteções mútuas que comprovam suas lealdades e constituem relações de caráter difuso e duradouro.

Poderíamos pensar o mesmo daqueles vínculos com “pais” e “padrinhos”, mas teríamos de considerar a especificidade de cada caso. Na relação de Tiago com a “família” que ele “nunca teve”, identificamos o compartilhamento de substâncias na convivência diária, na troca de confiança e ajuda e principalmente na inserção de Tiago em rituais comemorativos da família. Já no caso de Will existe uma distância evidente, pois não há convivência diária com seu “padrinho” e poucos elementos são compartilhados. Aqui, a nomeação “padrinho” refere-se mais ao reforço de uma possibilidade de ajuda na cidade do que propriamente à instauração de uma relação afetiva duradoura.

Referências

CARSTEN, Janet. Introduction: cultures of relatedness. In: **Culture of relatedness: new approaches to the study of kinship**. Cambridge University Press, 2000.

DANTAS, Luisa. Ocupando lugares vagos? Um estudo sobre o “Apadrinhamento Afetivo” em Porto Alegre/RS. **Anais do II Encontro Internacional de Ciências Sociais**. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

FRANÇA, S., *et al.* Redução de Danos: a importância da vivência acadêmica no campo prático abordando o usuário de drogas. **Anais do XX Congresso de Iniciação Científica**, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

FRANGELLA, Simone. **“Capitães do Asfalto”**: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas.

GODBOUT, J. Le don, la dette et l’identité. **Homo donator versus homo oeconomicus**. Paris. La Découverte, 2000.

LEAL, Eduardo Martinelli. O outro nome da pobreza: a “situação de rua” na perspectiva antropológica. In: LIMA, Kant de (org.) **Antropologia e Direitos Humanos 5**. Brasília; Rio de Janeiro: ABA; Booklink, 2008.

LOBO, Andréa de Souza. Tão Perto, Tão Longe. **Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista. Cabo Verde**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UnB.

ROSA, Cleisa M (org.). **População de Rua, Brasil e Canadá**. São Paulo. Hucitec: 1995.

SILVA, Hélio; MILITO, Cláudia. **Vozes do Meio Fio**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará: 1995.